



Das potencialidades arqueológicas da bacia do Curoca/Deserto do Namibe para um estudo diacrónico desde a pré-história africana ao período colonial - algumas notas

Nelson Campos*

P. 31-53

“o Kuroka (...) no meio daqueles ‘canyons’, lagoas, ruínas de fazendas, assentamentos habitacionais antigos e mais recentes, pequenos pântanos secos onde o sal aflora, cemitérios, dunas (...)”
(Ruy Duarte de Carvalho, *Vou lá visitar pastores*, Lisboa, 1999)

Intróito

Em primeiro lugar impõe-se dizer que não sou especialista em arqueologia angolana ou africana, nem tenho quaisquer trabalhos publicados sobre o tema, ou realizados no terreno, que justificassem a minha presença neste 1.º Colóquio de Arqueologia Africana organizado pelo CEAUP, a não ser um certo interesse pela arqueologia do Sul de Angola, fruto de uma série de acasos, o primeiro dos quais e seguramente o mais determinante, se prende com a minha naturalidade, de onde me advêm algumas reminiscências que resistem ao tempo. Daí a natural curiosidade de querer saber algo mais sobre essas terras, suas gentes, seu passado e evolução histórica.

Numa dessas deambulações familiares pelo que então se chamava o “mato”, cheguei a estar, pela idade dos meus 11-12 anos, relativamente próximo do Tchitundo-hulo, na zona do Virei (onde pernoitámos), sem ainda ter ouvido falar na sua famosa Arte Rupestre, cuja existência só viria a conhecer mais tarde, quando me avistei pela pri-



Fig. 001 – Prof. Santos Júnior (1901-1990) e Dr. Carlos Ervedosa (1932-1992) algures em Angola, anos 1960? – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.

* Arqueólogo. Colaborador do CEAUP.



Fig. 002 – Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, Centro de Memória, Sala Prof. Santos Júnior – foto do autor.

meira vez com o Prof. Doutor Santos Júnior (era eu calouro do curso de História, V. de Arqueologia, na FLUP). (Fig. 001) – O Prof. Santos Júnior (1901-1990, fig. 1) possuía casa de férias em Torre de Moncorvo, onde mantenho residência, e sendo conhecedor dos seus trabalhos sobre Trás-os-Montes, procurei-o um dia no Instituto de Antropologia da FCUP (24.02.1981), tendo-me então oferecido uma separata do seu estudo sobre o Tchitundo-Hulo, editado em 1974. Frequentando então a excelente biblioteca do Instituto, aí fui conhecendo o labor das missões antropológicas

a Moçambique e Angola, a par do que então mais me interessava, que era a arqueologia transmontana.

Após o falecimento do Prof. Santos Júnior, os seus herdeiros decidiram doar a sua biblioteca e espólio documental à Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, nos anos 90, tendo eu, de algum modo, contribuído para o seu devido acondicionamento num espaço designado por Centro de Memória (CMTM).

Ainda nos anos 1980 conheci também o Prof. Doutor Adriano Vasco Rodrigues, felizmente entre nós, igualmente um moncorvense adoptivo, porque casado com a distinta professora e historiadora Doutora Maria da Assunção Carqueja, natural do Felgar. O Sr. Prof. A. V. Rodrigues trabalhou bastante na Arqueologia Angolana e várias vezes me contou aspectos dessa sua investigação, como a empolgante história da descoberta do barco da Praia do Navio, nos areais a Sul da Ponta Albina – que reproduziu no seu livro *De Cabinda ao Namibe* (2010).

Para rematar esta série de acasos, desde há uns anos a esta parte que conheço o Doutor Maciel Santos (organizador deste Colóquio), inclusive de outras andanças, relacionadas com o Património Mineiro, o qual sendo conhecedor do meu interesse pela Arqueologia e História de Angola, me convidou a colaborar com o CEAUP, sendo este um breve apontamento dessa colaboração.

Assim, e na ausência de trabalhos de campo, pensei em tirar partido da minha proximidade com a biblioteca do Professor Santos Júnior, a qual integra o Fundo respectivo depositado no Centro de Memória, atrás referido, dependente da Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo. O fundo comporta cerca de 16.000 títulos e de 400 pastas com documentos vários (correspondência, manuscritos, fotografias e levantamentos, além de alguns objectos pessoais). Ainda que com pouca disponibilidade de tempo, procurei compulsar o que encontrasse sobre o Sudoeste de Angola, ou que pudesse servir para o seu enquadramento geográfico, geológico, histórico, arqueológico e etnológico, com vista a um eventual projecto de trabalho que se venha a realizar nessa área¹.

Esta recolha acabou por extravasar o FSJ/CMTM², tendo-se alargado e actualizado com outras referências, incluindo alguma bibliografia mais recente.

1 Aproveito aqui para agradecer todas as facilidades que me têm sido concedidas nesta pesquisa pela responsável da Biblioteca, Dr.ª Helena Pontes, pela arquivista Dr.ª Maria João Moita, Dr.ª Paula Salema, e todos os funcionários da Biblioteca.

2 FSJ/CMTM: Fundo Santos Júnior do Centro de Memória da Torre de Moncorvo.

1. Curoca, Namibe – o espaço e algumas interrogações

Mais uma vez, razões afectivas determinaram a minha curiosidade sobre a zona do Curoca (Fig. 003-007), vasta região que deve nome a um rio seco, descrito por exploradores do século XIX, como *“torrencial, intermitente, impetuoso nas grandes cheias, cujas origens estão nas vertentes da Chela”* (Capelo & Ivens 1998: 101). De facto, a torrente corre apenas um mês, mais, ou menos, por ano, conforme as enxurradas ou as secas no interior. Com cerca de 400 km quilómetros de extensão, nos últimos 90 km o seu leito faz a separação entre o deserto arenoso dunar (tipo *erg*) do lado da margem esquerda e o deserto semi-árido, de solo detrítico mais consistente (tipo *reg*), para além da margem direita. A sua bacia encaixa-se na do Cunene³, formando com este uma espécie de mesopotâmia desértica (Namibe), sobretudo ao aproximarem-se da costa, a qual, pelas suas condições extremas, ao menos nos últimos milhares de anos, configura um espaço interessante para se estudar uma série de questões, como p. ex.: como é que o Homem se adaptou a este meio tão hostil e se integrou neste



Fig. 004 – “Rio” Curoca e hipsometria do SW de Angola. Fonte: Topographic map of Angola. Created with GMT from public domain GLOBE data, 21.06.2007.



Fig. 003 – Localização da área do Curoca no mapa de Angola. Fonte: United Nations, Cartographic Section, map 2727.

ecossistema? – pressão do meio e/ou de outros grupos humanos? suas estratégias de subsistência? – O que pressupõe, antes de mais, a grande questão de quando surgiu aqui o Homem? E, antes dele, quando surgiu o próprio deserto⁴, considerado um dos mais antigos do mundo? Ou como funcionou a orogenia de base e, conseqüentemente, como se formaram as redes de drenagem, quer do Curoca, quer do Cunene (que terá capturado alguns afluentes do primeiro)? E ainda os fenómenos eustáticos costeiros, além dos ciclos climatológicos, com maior ou menor pluviosidade (apesar da remota aridez que determinou o deserto), como condicionante dos recursos naturais essenciais à subsistência humana (e eventualmente homínida).

Não se está completamente em branco no que toca à resposta (ou tentativa de) a algumas destas questões, como se verá pela bibliografia recenseada no ponto seguinte.

2. Breve recolha bibliográfica e notas correspondentes

Descontando algumas recolhas anteriores, o FSJ/CMTM foi o ponto de partida da pesquisa bibliográfica, a qual não se ficou por aqui e está longe de se esgotar⁵. Para o efeito é

3 Ver Feio (1970).

4 Ver Torquato (1970a, 1970b, 1974); Fúlvaro e Torquato 1975.

5 Na nossa bibliografia (no final) anotaremos entre [...] o que se encontra disponível no FSJ/CMTM, com indicação da respectiva cota.



Fig. 005 – Orla Sedimentar costeira do SW de Angola, segundo Neto (compil.), *Curso Geol. Ultram.* 1970.

essencial a consulta da preciosa base de dados bibliográfica organizada pela Fundação Portugal-África, desenvolvida e disponibilizada *on-line* pela Universidade de Aveiro e pelo Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento, desde 1997, onde se referencia o localização de muitas obras e artigos de difícil acesso.

2.1. Investigação geológica, geomorfológica e outra

Principiando pelo conhecimento da base geológica e geomorfológica, conclui-se, pela bibliografia compulsada no FSJ/CMTM, que desde cedo se efectuaram estudos de índole geológica e sedimentar em toda a orla costeira angolana, sendo de destacar a dissertação de Soares de Carvalho (FCUP) sobre a *Geologia do Deserto de Moçâmedes* (Carvalho, 1961), onde refere trabalhos anteriores, desde P. Choffat, no último quartel do séc. XIX, a F. Mouta e H. O'Donnell, nos anos 20 do séc. XX, autores da *Carte Geologique de l'Angola* (Mouta e O'Donnell, 1933) e ainda outros que depois estudaram a orla sedimentar de Moçâmedes (Namibe). Posterior ao profundo estudo de S. de Carvalho, regista-se ainda um artigo sobre a geologia do Curoca, de J. Ávila Martins (1965/66). Outro trabalho relevante para o estudo do meio físico é a



Fig. 006 – Deserto do Namibe e bacia do Curoca, vistos em imagem-satélite, base: BingMaps.

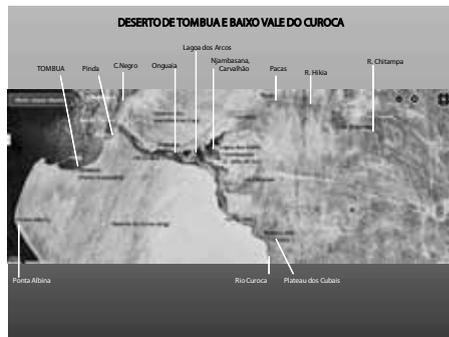


Fig. 007 – Deserto do Namibe, destacando-se o sistema dunar da margem esquerda do “rio” e a zona da lagoa de Njambasana, vistos em imagem-satélite, base: BingMaps.

Carta Geral dos Solos de Angola elaborada pela Missão de Pedologia de Angola (1963), cuja carta e notícia explicativa, ilustrada (incluindo aguarelas de paisagens do deserto). Uma versão da carta da orla costeira, actualizada em 1964, é publicada no manual do “Curso de Geologia do Ultramar”, vol. II (AA.VV., 1970)⁶. (**Fig. 005**) Ainda no que toca à geomorfo-

⁶ É possível que no FSJ/CMTM existam muitos mais artigos de interesse sobre esta e outras matérias, incluídos nas dezenas de Memórias da Junta de Investigações do Ultramar que possui, não tendo sido ainda possível verificar todos os índices.

logia da região considerada, destacamos, entre outros, o interessante estudo de Mariano Feio sobre a bacia do Cunene e sua interação com a do Curoca, publicado na *Finisterra* (Feio 1970). A geologia e tectónica do SW do Namibe, bem como a formação do deserto, foi objecto de estudo do geólogo brasileiro J. Raúl Torquato (Torquato 1970, 1974, 1975), o qual situa a formação do *erg* no limite plio-pleistocénico (ca. de 1,8 M.a.), aquando da primeira redistribuição de areias do Kalahari⁷. (Fig. 006 e 007). No que toca à geologia e ciências da terra em geral, é provável que existam outros trabalhos, inclusive mais recentes, para além do FSJ/CMTM, que até à data ainda não foi possível registar.

No que respeita a outras áreas do conhecimento, é de salientar que uma das primeiras missões científicas a esta região, teve por objectivo a botânica⁸. Tratou-se da expedição realizada em 1859 pelo eminente investigador austríaco Friedrich Welwitsch (1806-1872)⁹ que identificou e estudou a enigmática planta que receberia o seu nome (*Welwitschia mirabilis*)¹⁰, por ele chamada *Tumboa*¹¹. Já no século XX, um outro botânico, o Prof. Luís W. Carrisso (1886-1937), numa missão académica realizada em 1937, viria a falecer em pleno deserto do Namibe¹². Nesta fase não procedemos ainda à recolha bibliográfica sobre a flora e a fauna terrestre e marinha (fóssil e actual), sendo este um aspecto que reputamos da maior importância por se correlacionar com o povoamento humano, quer na linha costeira, quer no interior desértico e sub-desértico.

2.2. Investigação arqueológica; pré-história

No tocante a vestígios arqueológicos, pode-se considerar que a referência mais antiga que se conhece para o vale do Curoca se deve a Capelo e Ivens, aquando na exploração que fizeram em Março de 1884, ao longo do leito do rio, a montante da fazenda de S. Bento do Sul¹³. Algures aí encontraram vários “círculos de pedras, talvez sepulturas, dispostas à feição de *cromlechs*”, nas proximidades de uma garganta¹⁴, onde, dizem que: “*sem embargo de muitas escavações, não encontrámos despojos, e isto nos levou a crer que, se para tal fim ali foram colocadas, era circundando o cadáver que as aves e as feras devoraram, se não ao lado que o depunham, segundo o nascente ou poente, como já no Senegal se encontrou*” (Capelo e Ivens, 1886: 103). Devia tratar-se de “quebra-ventos”¹⁵, “fundos de cabana” ou “habitações”¹⁶ estruturadas com lajes, que Clark (1973: 186, leg. fot. 36-39) associa à LSA (Late Stone Age) e a grupos de caçadores-recolectores e pescadores contemporâneos,

7 Ver também Fúlfaro e Torquato (1975: 85).

8 A 1.ª missão de um naturalista a terras do Cabo Negro e Cunene parece ter sido a do brasileiro José Joaquim da Silva, discípulo de Vandelli, em 1785 (Vieira, 2006, II: 44 sendo de estranhar que não tenha registado a *Welwitschia mirabilis*).

9 A missão de F. Welwitsch ao deserto do Namibe decorreu no âmbito do seu estudo botânico de Angola, entre 1853 e 1860, com apoio do governo português, tendo percorrido os antigos distritos de Luanda, Cuanza Norte, Malanje, Benguela, Moçâmedes (Namibe) e Huila – cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Welwitsch.

10 De “*ntumbo*”, que na língua autóctone designava o líquido que transuda do tronco da planta (Torres, 1950: 303). Sobre o trabalho de F. Welwitsch, vd. Hiern e Rendle, 1896-1901.

11 De onde derivou “Tombua”, nova denominação da cidade de Porto Alexandre, após a independência.

12 No início dos anos 1970, lembro-me de ter visto o memorial assinalando o local da morte de L. Carrisso, algures no deserto do Namibe.

13 Talvez uns 90 km para montante.

14 Talvez entre 16°16'40"-S/12°20'29"E (limite da areia da m. esq.) e 16°17'53"-S/12°23'21"E, onde o leito do rio parece estrangular-se numa garganta – observação e coordenadas tiradas através do GoogleEarth em janeiro de 2014, depois de releitura do diário de R. Ivens, in Martins (1951-1952). A localização próxima do paralelo 17.º proposta por Ervedosa (1980: 163) não pode ser aceite porque o Curoca inflecte para Este aproximadamente no paralelo 16°18'.

15 Na designação de Clark 1973: 180, leg. fot. 36-39.

16 Na designação de Ervedosa 1980: 163, est. XLVI-XLIX.



Fig. 008 – Complexo de Arte Rupestre do Tchitundo Hulo, com localização dos núcleos conhecidos até aos trabalhos de Santos Júnior, anos 1970. Base: Google-Earth.

nevoeiro”, chamados owambundos (sic) pelos bantos (Rodrigues, 2010: 184-185, 190-191). Só muito tempo depois de Capelo e Ivens, a partir dos anos 50 do século XX, outro tipo de vestígios, na orla da bacia do Curoca, captaria o interesse dos investigadores: a arte rupestre do Tchitundo-Hulo (**Fig. 008**) Coube a Camarate-França (1953) o primeiro artigo sobre as gravuras, logo seguido de Baumann (1954), que registou também pinturas, e até o célebre abade Breuil subscreveu com António Almeida, um artigo sobre esta estação, além de outras duas, Txipopilo-Camuciuo e Brútuei, esta na bacia do Curoca (Breuil e Almeida, 1962). Posteriormente, Santos Júnior (**Fig. 009**) e C. Ervedosa estudaram, respectivamente, as gravuras do Tchitundo-Hulo Molume (Santos Júnior 1974) e as pinturas do Tchitundo-Hulo Mucai (Ervedosa 1974). Ervedosa (1980: 303-330) faz a revisão da bibliografia sobre este local, descreve-o e contextualiza-o na arte rupestre angolana e africana, com os dados conhecidos à época. Quanto à datação da ocupação do local, se

nomeadamente bosquímanos do Kalahari. Por seu lado, Ervedosa (1980: 163), seguindo M. Cruz (1967), atribui estas estruturas aos Ovakuambundo, povo não banto, talvez antepassados ou aparentados dos Kwissi. Adriano Vasco Rodrigues que também reconheceu e fotografou algumas dessas estruturas mencionadas por Cruz (1967) no deserto próximo da Baía dos Tigres (Morro Vermelho, Morro da Pedra, Damba Vermelha, Damba Branca), chama-lhes “casas”, associa-as a concheiros e atribui-as aos “strandloopers”, “homens do



Fig. 009 – Santos Júnior fotografando as gravuras do Tchitundo-hulo Molume – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.



Fig. 010 – Abrigo com pinturas do Tchitundo-hulo Mucai (Opelewa), estudado por Ervedosa em 1972 – foto do FSJ/CMTM, cedida pela Biblioteca Municipal de T. Moncorvo.

Camarate-França, a partir de achados líticos, aventou uma cronologia do paleolítico médio (mustiero-clactonense, mustieróide) a um proto-Smithfield (LSA), no que foi seguido por Santos Júnior, que igualmente refere os achados microlíticos de Ervedosa no Tchitundo Hulo Molume, associados a outros característicos do Wiltoniano (mesolítico sul-africano). Quanto a este último local, Ervedosa (1980: 326) considera dois momentos: um mais antigo, com espólio característico da cultura Wilton, com uma datação de C14 de 2596 +/-53 BP, e um outro mais recente,



Fig. 011 – Carta do Paleolítico de Angola (Acheulense) e M.S.A. (35.000-15.000 b.P), segundo Ervedosa (1980), adaptando Clark (1966).

Apesar de difícil detecção conhecem-se alguns achados de artefactos líticos no sudoeste de Angola, desde jazidas mais a norte da província do Namibe, grutas da Leba, na zona da Huíla, e para além do Cunene, materiais que se distribuem das eras mais recuadas (olduense) até às indústrias microlíticas da LSA (Idade da Pedra Tardia/mesolítico). Ervedosa (1980) apresenta uma sistematização das recolhas e estudos realizados até à data da independência, em que o Sudoeste se salienta (**Fig. 011**). Se, por um lado, é fundamental ter presente todo este enquadramento crono-tipológico e respectivos contextos, interessa sobretudo, para o caso vertente, o conjunto de sítios conhecidos na bacia do Curoca e orla do deserto, na medida em que poderão ajudar a compreender as estratégias e redes de ocupação em momentos diferentes, desde o remoto paleolítico inferior (olduense) até à LSA (mesolítico regional) e passagem para a Idade do Ferro africana (chegada dos Bantos e, posteriormente, dos europeus).

Esses achados devem-se sobretudo às missões geológicas realizadas nos anos 1950-60, sendo, no entanto, de destacar, ainda nos anos 40, a descoberta de crânios de macaco fossilizados e de outra fauna pleistocénica em fendas e cavidades calcárias do plateau da Humpata (Arambourg e Mouta, 1955) o que, relacionado com indústrias olduenses localizadas num depósito marinho da Ponta do Giraúl (Namibe), levou a pensar num possível foco de antropogénese nesta região, hipótese a que Miguel Ramos (1932-1991) põe algumas reservas (Ramos 1982, 1982: 45). A identificação do Tchitundo-Hulo e a prospecção em seu redor permitiu novas recolhas líticas, desde Camarate França (1953) às escavações de Santos Júnior e C. Ervedosa (1974). Entretanto, nos anos 1960-70, o labor de M. Ramos, arqueólogo¹⁹ do ICT, com várias campanhas de prospecção entre Capangombe e o deserto de Namibe até Porto Alexandre (Tombua), permitiu-lhe traçar um quadro da presença humana (e homínida) no sudoeste angolano, preenchendo lacunas crono-espaciais, com referência a uma

relacionado com os Cuissi¹⁷ contemporâneos, que associa à cultura da Damaralândia da Namíbia. Mais recentemente M. Gutierrez (2009) reviu os trabalhos anteriores e acrescentou novas estações rupestres na província do Namibe (região do Caraculo)¹⁸, além de obter mais uma data C14, de 1980+/-100 BP (Tchitundo-Hulo Opeleva), o que de certo modo confirma a datação de Ervedosa. Com uma metodologia actualizada e um domínio das problemáticas da arte rupestre a nível mundial, este Professor da Sorbonne tem sido, para além disso, o grande obreiro da renovação da arqueologia angolana, sobretudo a sul de Benguela até ao Namibe.

¹⁷ “Kwissi”, na actual ortografia angolana.

¹⁸ Durante este Colóquio de Arqueologia da África Subariana dedicado a Angola (7-8.02.2013), tomámos conhecimento, através da comunicação do Dr. Benjamin Fernandes (Depart. Cultural do Namibe), da grande quantidade de novos locais com arte rupestre descobertos no Namibe nos últimos anos.

¹⁹ Sobre o labor deste notável arqueólogo, hoje infelizmente bastante esquecido, ver o artigo “in memoriam” de M. Conceição Rodrigues (1992).

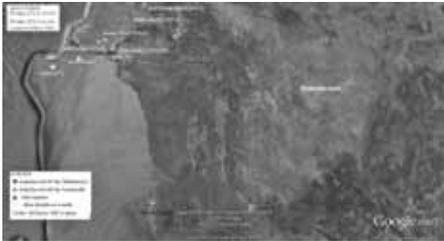


Fig. 012 – Localização hipotética de alguns sítios pré-históricos do deserto do Namibe/Curoca, com base em Ramos (1982).

série de estações que documentam praticamente os principais estádios tecno-culturais do paleolítico africano (Ramos, 1982). Respigando apenas os sítios que se aproximam mais da região em apreço, por ordem crono-tipológica progressiva, temos instrumentos líticos do Acheulense final (entre 50 000 e 40 000 anos), fácies Stellenbosch, nas seguintes estações: proximidade da estrada Namibe-Tombua ao km 39, Carvalhão-3 e Arco-2 (as duas últimas na imediação da lagoa do Curoca, Njambasana); dois sítios nas proximidades de Porto Alexandre (Tombua), ou seja, além da margem esquerda do Curoca. Do mesmo período, mas do fácies Fauresmith, mais três sítios: um na proximidade do km 49 da estrada entre Namibe-Tombua, outro no desvio para o Arco do Carvalhão/Onguaia (supõe-se que perto da estrada) e outro também próximo da estrada, no sítio outrora conhecido como “Mão do Octávio” (próximo de antiga casa de cantoneiros)²⁰. Do período da Idade Média da Pedra africana (MSA), refere Ervedosa (1980: 111) um ponto em S. João do Sul (Njambasana). Para o período seguinte, o LSA (Later Stone Age), correspondente ao Mesolítico africano, assinala o mesmo autor (Ervedosa, 1980: 150, 157-163) o Tchitundo Hulo, em cujas escavações recolheu espólio lítico que agrupou em duas fases distintas: uma do Wiltoniano (com micrólitos), datado por C14 em cerca de 2596+/-53, e outra que associa à cultura da Damaralândia da Namíbia, com espólio associado a objectos de origem europeia (após séc. XV). Os utilizadores do local, nessa última fase, seriam os Cuíssis (Kwisi), população pré-banta empurrada para o deserto pelos bantos.

2.3. O olhar exterior: relatos dos primeiros europeus. História, Etno (logia/grafia); estudos, monografias

Se se considerar a História como o período posterior à escrita, podemos afirmar que a região tratada apenas entra na História com a colocação do padrão do cabo Negro, por Diogo Cão, em 16.01.1486²¹ (Fig. 013) e o registo nos primeiros mapas (Fig. 014 e 015), em que se apresenta o cabo sob o nome de Monte Negro²². Todavia, durante os séculos seguintes até à colonização efectiva, nos meados do séc. XIX, os relatos quer de geografia física, quer humana, por parte dos europeus, sobretudo portugueses, são



Fig. 013 – Padrão colocado por Diogo Cão no C. Negro, desde 1892 na Sociedade de Geografia de Lisboa. No local foi então colocada uma réplica.

²⁰ Infelizmente não foi ainda possível localizar a cartografia de base das estações que M. Ramos (1982) refere neste artigo, talvez no arquivo no IICT, bem como os materiais correspondentes. Na Fig. 012 tentei uma localização aproximada, sobre imagem satélite do Google Earth, com base na informação de Ramos (1982), memória toponímica e de dados do terreno.

²¹ Este padrão encontra-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, para onde foi levado em 1892, tendo sido colocada réplica no local, a qual parece ter sido destruída após a independência.

²² Cf. legenda do *Insularium* de Martellus: “ad usque montem qui vocatur niger...” (Peres, 1960: 273).



Fig. 014 – Monte Negro ou Cabo Negro entra na História-Mundi – referência em legenda do Planisfério de Henricus Martellus, 1489-90 (British Library / Beinecke Rare Book).



Fig. 015 – Excerto do portulano de Cantino, 1502, com localização do C. Negro.

ainda escassos e episódicos, pelo que podemos considerar todo esse período como uma espécie de “proto-história”.

No final do ano seguinte (1487) volta esta costa a ser visitada, desta feita por Bartolomeu Dias, na famosa viagem da dobragem do Cabo da Boa Esperança.

A primeira referência a estas terras, deve-se, contudo, a Duarte Pacheco Pereira (ca. 1455/60-1526/34), em que descreve o cabo Negro como um “monte que está sobre ho mar e nam he muito alto, e por que a terra d’arredor he de muita area elle tem um mato

baixo, rraso, que faz hua mostra mays preta que toda ha outra terra, por isso lhe poseram nome Monte Negro; e esta costa é quasi deserta e de muito pouca povoraçam”²³. Localiza-o erroneamente nos 15°20’S, quando está nos 15°40’. Como também são exageradas as oito léguas (40 km) que vão do C. Negro à grande “angra” (baía) “que se chama angra das Aldeas” assim chamada “por que no tempo que Diego Caão descobriu esta costa por mandado d’el rei Dom Joham que Deos tem, achou dentro desta angra duas grandes aldeas”. Acrescenta que “os negros desta terra sam jente pobre que se nam mantem nem vivem senam de pescaria, que aquy há muita”²⁴. Porque alguns autores, como Estermann (1960, I: 63), por vezes se equivocaram na identificação destes topónimos, importa relevar que, aparte alguns erros de cálculo de latitude e distâncias, não nos parece haver dúbidas que a Angra das Aldeias equivale à actual Tombua, e Manga das Areias a Baía dos Tigres, considerando a légua e meia (7,5 km) que diz ter a primeira restinga (actualmente 5,24 km) e as duas léguas de embocadura da segunda (actualmente 10,39 km)²⁵. Sobre a Manga das Areias diz que “esta terra he deserta e nenhum arvoredado tem, por que tudo he area; e

dentro desta mangua há muita pescaria, e em certos tempos do anno veem aqui do certão alguns negros a pescar, os quais fazem casas com costas de baleas cubertas com seba do mar [algas?] e em cima lançam area e aly passam sua triste vida”²⁶. Explica ainda que se trata de uma costa “trabalhosa de navegar”, pelo que as naus da carreira da Índia se afastavam dela. Isto, aliado à aridez e improdutividade da terra, decerto motivaram o desinteresse dos europeus por estas paragens, o que terá permitido aos habitantes locais manterem intocados os seus modos de vida ancestrais ainda por muito tempo. Mesmo assim é indiscutível que houve contactos, talvez por intermediação e com origem noutros pontos

23 Cf. Pereira, 1975 [1905]: 136-139 – *Esmeraldo de situ orbis*, obra não datada, mas do 1.º quartel do séc. XVI.

24 Op. cit.: 136, 25.

25 Efectuámos as medições com recurso à aplicação do Google Earth em janeiro de 2013.

26 Op. cit.: 136, 35.

da costa, uma vez que se se descobriam missangas europeias nos níveis mais recentes da sondagem arqueológica que Ervedosa fez no Tchitundo-Hulo Molume, que atribuiu aos Kuissi (Ervedosa 1974; idem 1980).

No século XVII, segundo A. Cardonega (1623-1690), os holandeses tiveram uma feitoria no Pinda, que abandonaram em 1648, após a tomada de Luanda por Salvador Correia de Sá (Cardonega, 1942: II, 478-481). O mesmo autor informa que, nos anos 1660, “foi um homem prático a descobrir a costa [de Angola], por nome Joseph Rosa, para ver se achava noticia da boca de rio, que entrasse para as de Cuama²⁷”, o qual, passando além do Cabo Negro, resolveu “trazer gentio daquela paragem que se não entendia nada do que falava; e a falla como de estralo, gente como selvagem, que bem o demonstravam assim em comerem carne e peixe, e milho cru, e por acenos só se entendia deles alguma couza, os quais se mandaram pôr outra vez em suas terras, à custa de quem os trouxe” (Cardonega, 1942: III). Esta passagem é transcrita e comentada por Estermann (1960: 64) que evidencia a referência à linguagem de estalos característica dos Khoisan, embora se não refira a pigmentação mais clara e amarelada desse indivíduos, pelo que depreende serem negros, e que resultariam de uma miscigenação entre grupos Khoisan e “Vambundyu” [*sic* - Ovakwambundo ou Kuissi]. Em 1770, segundo Estermann (1960: 65), foi o sertanejo João Pilarte da Silva incumbido de uma missão “às prayas dos Macorocas²⁸”, para resgate de eventuais sobreviventes de um naufrágio. Deles apenas encontrou vagos indícios, concluindo serem estrangeiros, o que, somado à belicosidade dos indígenas, que o atacaram, o levou a pensar que foram mortos e comidos por estes (Garcia, 1968). No entanto, o mais importante do relatório de Pilarte da Silva é a descrição que faz do vale do Curoca e dos seus habitantes, que afirma serem “muito bravos”, usando arcos e flechas de menor dimensão que as dos outros povos. Chegou a uma lagoa muito grande e funda, de um lado do rio, que não pode ser outra senão a dos Arcos ou de S. João do Sul (onde actualmente fica Njambasana), onde havia bastante peixe e “em que os negros fazem suas pescarias para comer” ainda que não usassem jangadas ou outro meio de flutuação. Diz ainda que os habitats se disseminavam pelas margens do rio e lagoa, em pequenos grupos de três, quatro ou cinco cabanas e, num caso excepcional, quinze. Os homens usavam uma pequena tanga de coiro de boi, enquanto mulheres e crianças andavam nus. Falavam “por estalos, e se entendem por asenos [*sic*]”. Além do peixe, comiam carne de caça, e, como vegetais, os “olhos dos caniços”. Não praticavam a agricultura e bebiam leite das vacas que possuíam, muito poucas, pequenas e magras, com grandes caudas (“rabos que arastam no chão”). O explorador informa que não levou nenhum exemplar destas vacas por achar que não aguentariam a viagem. Menos contemplação tiveram com duas mulheres, que, diz, morreram de bexigas durante a marcha de regresso... Sendo certo que Estermann afirma que a designação de “Curocas” (Mucorocas, ou Macorocas no relato de Pilarte) “é mais geográfico que étnico” (1969, I: 61), não deixa de identificar estes povos com os Cwepes (Kwepes, autodenominados Kwa/tse – pl., ou Kwakwa), resultantes de uma miscigenação entre o grupo Khoisan e os Vambundyu (Ovakwambundo ou Kwisi). É interessante notar que os Curocas de 1770, segundo Pilarte da Silva, viviam em pequenos grupos, tal como os “San” (bosquímanos, nesta região conhecidos por Mukwankalas), ao invés das “grandes aldeias” costeiras dos fins do séc. XV que, segundo Duarte Pacheco Pereira, Diogo Cão avistou na angra que assim nomeou “das aldeias”. Seriam esses habi-

27 Nome que os portugueses davam ao Zambeze.

28 Esta parece ser a primeira referência escrita aos Mucorocas, ainda que o prefixo “Mu” (homem, pessoa) apareça grafado “Ma”.

tats costeiros, de “Kwisis da beira mar” que entretanto se teriam cruzado com Khoisan, originando Kwepes, como sugere Estermann (1960: I, 61-69), durante o lapso de tempo que mediou até ao séc. XVIII?²⁹

Em 1785, década e meia depois da viagem de Pilarte da Silva, o capitão-general de Angola Barão de Moçâmedes, em face das ambições de outras potências europeias, determina a realização de uma missão de exploração ao sul de Benguela até ao Cunene, sob comando do tenente-coronel Eng.º Luís Cândido Pinheiro Furtado (1750-1822), com meios navais (uma fragata, com escaler e lancha) e apoio militar terrestre. A expedição terrestre foi chefiada por Gregório José Mendes, comerciante de Benguela e sargento-mor de ordenanças (Vieira, 2006, II: 42), que também elaborou um relatório da sua viagem, apenas até à Angra do Negro, agora denominada “Moçâmedes” em honra do promotor político da iniciativa. Quanto a Pinheiro Furtado, avançou até ao Cabo Negro, tendo-o impressionado a desolação da costa: “a própria imagem do mesmo

horror e da mesma inutilidade, pois faltava água e nada vegetava nem vivia, à excepção de alguns pássaros marinhos” (cit. in Torres, 1950: 41)³⁰. Não se refere particularmente aos habitantes do Curoca, mas num mapa que produziu, datado de 1786, seguido de um outro, de 1790 (mais tarde gravado em Paris em 1825³¹), assinala o nome de vários povos, do sudoeste de Angola, entre os quais, de norte para sul, os “Mucurocas”, erroneamente localizados muito a norte do “novo porto de Moçâmedes”, os “Mucoanhocas”, a norte do rio Bero, os “Cobais”, a sul deste rio, e, na margem direita de um rio que só pode ser o Curoca (desagua junto do cabo Negro), localiza o “povo dos Mucumbundos” (pl. Ovakwambundo) descritos como “povos bárbaros de vida nómada e pastoral”³², seguidos pelos “Mucuixes” (Kwisis) mais a sul, após a faixa litoral de “terras desertas e selvagens”, a zona dunar a sul da baía dos Tigres, curiosamente aí designada e representada como ilha, abaixo dos 18°S, ou seja, na zona da actual Namíbia. A foz do Cunene não aparece representada, aparentando o seu traçado confundir-se com o Curoca, com grande inflexão SE/NW. Daqui se retira que, nos finais do séc. XVIII, todos esses povos estavam em presença e aparentemente individualizados. Aliás, logo na ordem expedida pelo barão de Moçâmedes em 20.05.1785 se determina, no art.º 17.º: “deixará [o comandante A. José da Costa] este paiz dos Vagabundos [sic – ovakwambundos], Moquandos [Mukwandos] ou Moquixes [Mukwisis]...” (Vieira, 2006, Anexos, doc. 14).



Fig. 016 – Retratos de “Curocas”, segundo Estermann (1960, I).

29 Já na fase de revisão deste texto, tivemos conhecimento de um projecto na área da antropológia (biologia molecular) precisamente sobre os povos da bacia do Curoca, coordenado pelo Prof. Doutor Jorge Rocha, e que integra o CIBIO-UP, ISCED e CE.DO. No dia 3.12.2013 teve lugar na FLUP uma conferência promovida pelo CEAUP, em que o Prof. J. Rocha apresentou resultados preliminares do seu trabalho. Esta é uma via de pesquisa fundamental para se superar o “impressionismo” e alguma subjectividade dos antropólogos culturais.

30 Não tendo sido possível aceder ao relatório de P. Furtado, cita-se a partir de M. J. Mendonça Torres (1950).

31 *Carta geográfica da costa ocidental da Africa, compreendida entre 5.º e 19.º de Lat. Mostrando parte do Congo e reinos de Angola e Benguela*, in *Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 7.ª série, 7, 1887.

32 Esta referência à “vida pastoral” dos Mucumbundos deve tratar-se de um erro de generalização, pois que a tradição oral dos povos vizinhos, posteriormente recolhida, os dá sempre como nómadas “muito atrasados”, comendo alimentos crus, nomeadamente peixe.

Complementando este mapa, ou partindo dele, surge em 1809 um outro³³, com base no relato da viagem do naturalista português nascido no Brasil, Joaquim José da Silva (f. 1810). Este integrou uma expedição comandada por António José da Costa a terras do Cabo Negro e Cunene, no seguimento da expedição de Pinheiro Furtado, ordenada pelo barão de Moçâmedes (Vieira, 2006, Anexos). O seu mapa é também muito imperfeito e cheio de erros geográficos, designando o Curoca como rio das Trombas, e voltando a colocar os Mucorocas a norte do Bero (!); os Muquambundos são localizados na margem direita do Curoca, assim como os Cubaes a montante deles, com os Mucoanhocas mais a sul, depois de uma acentuada curva do rio, perto de um suposto percurso do Cunene (a tracejado).

Talvez em resultado destas expedições, cresce o desejo de colonização das terras a sul de Benguela. Diz Ralph Delgado (1940) que, em consequência do naufrágio da corveta *Leoa*, se criou, em 1804, a *província do cabo Negro*, sendo nomeado regente, pelo governador de Benguela, o tenente Tomás Nicolau de Bomfim, que para lá seguiu em 1805. No ano seguinte é chamado de novo a Benguela com objectivo de “*informar o estado dessa terra, devendo trazer consigo o souva [sic – soba] ou macotas [representantes] em ar de visita ao governador, para com eles tornar a voltar e continuar no seu comando*”. Entretanto, o posto militar (talvez no Pinda), seria rendido por um alferes graduado com oito soldados (Delgado, 1940: 49). Aparentemente o estabelecimento do cabo Negro teve curta duração, assim como as tentativas de colonização a sul de Benguela, mau grado uma feitoria intentada em 1839 pelo jovem empreendedor António Joaquim Guimarães Júnior (f. 1887) na baía de Moçâmedes (Guimarães Jr., 1842), no seguimento da expedição do capitão-tenente Pedro Alexandrino da Cunha, a qual integrou.

A viagem exploratória de Pedro Alexandrino ocorre por determinação do ministro do ultramar Marquês de Sá da Bandeira (Torres, 1959: 73-82, 95-98), face ao interesse de potências europeias sobre territórios do norte e sul de Angola³⁴, devendo proceder-se ao reconhecimento costeiro com vista ao estabelecimento de um presídio e ocupação efectiva.

A expedição de 1839 segue o modelo da de Pinheiro Furtado de 1785, também com partida de Benguela e articulação entre meios navais (uma corveta) e uma força terrestre, esta comandada pelo tenente de artilharia João Francisco Garcia. O comandante, Pedro Alexandrino, seguiu por mar, navegando sempre contra a corrente de Benguela e ventos contrários, tendo avançado primeiro para as costas do cabo Negro, Pinda e Baía dos Tigres, detendo-se depois em Moçâmedes mais demoradamente. Quanto à parte que aqui interessa, há a referir a estadia, durante 21 dias, no porto de Pinda, pouco a sul do cabo Negro e da foz do Curoca, que considerou um bom ancoradouro e onde recomendou a construção de uma feitoria. Anotou que aí o litoral é um deserto de areia, sem água potável, a qual só existe a 5 milhas para o interior, numas lagoas associadas a um rio que só corre no tempo das chuvas e onde constou haver uma aldeia chamada Curoca. Sabendo desta povoação mais para interior, António Joaquim Guimarães Júnior, já atrás referido, propôs-se visitá-la, o que constituía um risco, pelo que o comandante se limitou a conceder-lhe apenas uma escolta de dois elementos da guarnição e um intérprete, todos negros. Desta visita resultou uma descrição muito rica de informação, como salientou M. Viegas Guerreiro que a explorou

33 Com legenda num medalhão circular: *Mapa da derrota do naturalista Joseph da Silva da cidade de Benguella às praias do cabo Negro, onde achou o real padrão aqui desenhado cahido por terra, levantou e fixou com as próprias mãos... etc.*, in Simon, 1983. Esta viagem decorreu entre 9.08.1785 e 18.05.1787, com partida de Benguela e regresso à mesma cidade.

34 Poucos anos antes o francês Jean Baptiste Douville publicara em Paris um livro descrevendo uma viagem que fizera em 1827 a estas paragens, tendo proposto ao governo do seu país a criação de um presídio nesta zona.



Fig. 017 – Retratos de “Curocas” ca. 1884, segundo E. Van Muyden in Capelo & Ivens (1886).

num excelente artigo sobre Onguaia (Guerreiro, 1971). Supomos que a área observada se situaria ente o Onguaia e a lagoa dos Arcos, onde Guimarães Jr. viu “*um extensíssimo vale, tudo cultivado de milho maiz, feijão, abóboras e uma espécie de milho miúdo*”, talvez massambala, além de grande quantidade de arbustos e um enorme palmar. Informa ainda o visitante que os habitantes se chamavam “Mucorocas” em atenção ao local que habitavam. Considera-os de nação mucubal, talvez por possuírem bastante gado, vacum e ovelhum, apesar de caçarem e pescarem (na lagoa). Apreciavam as missangas de cor branca, azul e preta, facas e objectos em ferro, facas e pedaços (arcos?) para pontas de flechas e zagaia, enxadas, etc., assim como tecidos.

Como notou V. Guerreiro (1971: 91) estamos em presença já “*de uma população sedentária, ciosa de arcos de ferro para enxadas, praticando uma agricultura variada; em suma,*

uma população agrícola-pastoril”, em contraste com os Mucorocas que Pilarte da Silva encontrou setenta anos antes, onde não registou vestígios de agricultura.

O relatório de Pedro Alexandrino da Cunha converge com a descrição de Guimarães Jr., apenas diferindo na classificação étnica, referindo os Mucorocas como “colónia de Mondombes”, enquanto o segundo os diz de “nação mucubal”. Quanto a isto, diz-nos Ruy Duarte de Carvalho (2000: 43-44) que a partir desta altura se considerava indiscriminadamente “mondombes” todos os povos agro-pastoris com alguma (suposta) semelhança com os do Dombe, a sul de Benguela, do mesmo modo que depois se abusará da expressão de “mucubal” para todos os povos pastoris.

Ainda quanto à mutação que parece haver no Curoca na passagem do séc. XVIII para XIX, pode ter contribuído, a par de outras observações, para a ideia explanada também por Ruy de Carvalho, sobre este período: “*Há de facto em curso, na altura, um processo histórico muito evidente, alterações profundas nas sociedades em presença, não só com a intervenção directa europeia (...) mas também com estas últimas expressões, talvez, de processos migratórios decorrentes de dinâmicas bem mais remotas e que transportaram as culturas pastoris do leste africano até estas paragens e ao momento crítico de um embate que, também no decurso do séc. XIX, há-de dar-se mais abaixo, na actual Namíbia, com outra cultura pastoril, proveniente esta do sul, a dos chamados Hotentotes*” (Carvalho, 2000: 45). Aqui o antropólogo reporta-se já a um outro quadro de instabilidade regional, posterior à segunda metade do séc. XIX. Na verdade, o quase imobilismo secular ou, quiçá, milenar, destas franjas periféricas desérticas, onde se confinavam os “proscritos”, os “das pedras”, os “vagabundos do litoral”, “os ladrões do nevoeiro” (traduzindo as designações pejorativas dos vencedores relativamente a vencidos que, muitas vezes, na solidariedade dos desafortunados se entrelaçam e se aliam, ou, minimamente aceites na magnanimidade dos vencedores, acabam por ser “integrados” até



Fig. 018 – Arqueologia e História do período colonial.

à fusão e completo desaparecimento, como aconteceu com os Kwepes³⁵, ou quase, como os Kwissi), viria a conhecer uma outra aceleração da História mais radical e a uma escala mais globalizadora: a chegada dos “brancos”. Também os portugueses, pressionados pelos seus “outros”, tanto a nível de impérios europeus mais fortes, primeiro no trato escravagista e depois na busca das matérias-primas do industrialismo, e ainda circunstancialmente pressionados por episódios de ressentimento

anti-colonial no novo Brasil independente, tudo isto os conduziu a uma espécie de corrida a este “*far west*” sul-angolano. Primeiro, o presídio e fortaleza de Moçâmedes, que era o fulcro da viagem de Pedro Alexandrino da Cunha; depois o desembarque dos colonos vindos de Pernambuco em 1849. A este movimento de base agrícola, procurando explorar as “*promised lands*” dos vales de rios do deserto, juntou-se a voragem do “*el dorado*” piscícola, que fez acorrer modestos pescadores algarvios, em viagens longuíssimas e arriscadas, em frágeis caíques à vela, na demanda dos mares do sul de Angola. O Estado acompanhou o processo: em 1854 dois navios de guerra, sob comando do major António Norberto Rudzki, fundearam no Pinda, com encargo de formar aqui nova colónia, ao abrigo de instalações militares (Rudzki, 1866), que terão sido erguidas no alto do barranco que domina a enseada³⁶. Junto da instalação militar o civil Manuel Joaquim de Sousa Monteiro cria um estabelecimento comercial; uma granja agrícola desenvolve-se também aí, na margem esquerda do rio, próximo da sua foz. Em 1860, alguns pescadores algarvios resolvem estabelecer-se na antiga Angra das Aldeias, agora denominada Porto Alexandre, seguindo a legenda de um mapa inglês de ca. de 1835³⁷. Em 1862 outros algarvios de Olhão, chefiados por Cruz Rolão, chegam a bordo de um caíque com o expressivo nome de “Flor de Maio”, a lembrar o mítico “May Flower”. Estes primeiros colonos parece terem sobrevivido aí, nos primeiros tempos, do mesmo modo que os primitivos habitantes da Angra das Aldeias: construindo abrigos com ossadas de baleia (Moreira, 1967). Consta mesmo que os ovakuambundos, quiçá descendentes desses pescadores-recolectores da costa, teriam auxiliado os europeus nas fainas do mar e, não custa a crer, na sua sobrevivência quotidiana (Cruz, 1967, cit. in Ervedosa, 1980: 165-166). Falecido Cruz Rolão, a sua viúva foi eleita regedora pela comunidade piscatória. Dela ficou a lenda de uma mulher enérgica que, entre outros feitos, não hesitou em encontrar-se com os chefes hotentotes que ameaçavam a região (guerras do “*Kambari kongolo*”), numa conferência que se realizou na zona da lagoa do Arco do Carvalhão (actualmente Njambasana), onde já existiam algumas fazendas.

Como refere M. J. Mendonça Torres (1950: 337, 486), por volta de 1859 existiam no Curoca três propriedades, de que eram possuidores João Duarte de Almeida (1822-1898)³⁸,

35 Por volta de 1971 havia no Onguaia (Baixo Curoca) apenas 3 Kwepes “puros” (três velhos e uma mulher), segundo V. Guerreiro (1971: 98); além destes mais 4 nascidos de Kwepes puros com Kimbares e 6 com sangue Kwepe, mas predominância Kimbar.

36 Participou também nesta missão o capitão de fragata João Máximo da Silva Rodovalho.

37 O seu autor parece ter sido o capitão James Edward Alexander (1803-1885) que por essa altura efectuou um levantamento da costa da África meridional, incluindo das colónias portuguesas, com devida autorização de Lisboa.

38 Cecílio Moreira (1967), cit. por Viegas Guerreiro (1971: 94), diz que a ocupação branca do Curoca só se deu em 1861, com a fazenda de S. João do Sul, de João Duarte de Almeida. Talvez estivesse já registada antes de se começar a efectivar a sua construção e granjeio.



Fig. 019 – Ruínas de S. Bento do Sul, fazenda do séc. XIX, parcialmente cobertas pelas areias do deserto. Segundo informação oral, no início dos anos 1960 já se encontrava em ruínas.

Agostinho Dias Quintas e a tribo Caroca [sic]. Não deixa de ser curiosa esta menção de posse da terra por parte dos “indígenas”, a par dos colonos³⁹. Em 1871 chegaram a existir doze propriedades, mas, a partir daí dá-se um retrocesso, em parte devido à queda do preço do algodão e, por outro, a proibição da aguardente de cana em 1911 (Guerreiro, 1971: 94). No entanto, em 1884, uma importante fazenda aí se encontrava pujante: a de S. Bento do Sul (junto à Camilunga), pertencente a um abastado comerciante de Moçâmedes, Serafim Simões P. Figueiredo. Encontrava-se nela a trabalhar, directamente, o seu irmão Emídio, um jovem que sonhava derivar para o Curoca as águas do Cunene, segundo

Capelo e Ivens (1998), que aí se instalaram na primeira tentativa (falhada) de travessia do continente a partir do Curoca⁴⁰. Esta fazenda estava já em ruínas em 1962, dela se reconhecendo ainda hoje os vestígios semi-enterrados na areia periférica da *bajada* (espécie de delta) que o Curoca aí forma antes de alagar para a lagoa dos Arcos⁴¹.

Em 1892 só já havia cinco fazendas no Curoca. As que restavam em 1971 (S. João do Sul, Camilunga e Pinda), limitavam-se a fornecer víveres e gado para abate à cidade de Porto Alexandre. Para o transporte de hortaliças entre as fazendas e o centro piscatório foram levados burros para o Curoca, mas como os cascos destes animais se enterravam na areia, além de resistirem mal à sede, chegaram a ser substituídos por dromedários importados do norte de África. Com a construção do troço da estrada entre o Pinda e Porto Alexandre (Tombua), e o desenvolvimento dos transportes rodoviários depois dos anos 40 no séc. XX, os burros eram utilizados apenas pelos Kimbares⁴² do Curoca, para locomoção e transporte de géneros, enquanto os dromedários foram desaparecendo⁴³.

Para o amanhã dessas fazendas e trabalho nas pescarias, foram inicialmente mobilizadas populações do norte, mais ou menos aculturadas, ou completando aqui o seu processo de aculturação – os chamados Kimbares. Como diz Ruy de Carvalho, Kimbar não é propriamente uma etnia, mas antes uma categoria sociológica (Carvalho 2000: 18). Sobre a sua presença e miscegenação com os Curocas do baixo curso deste rio, além de outros aspectos históricos, antropológicos e sociológicos nos últimos tempos do “colonialismo”, é fundamental o artigo de M. Viegas Guerreiro sobre a *Vida humana no deserto do Namibe: Ongaia*

39 Para esta questão do relacionamento entre “arimos” e fazendas, ver Freudenthal 2005.

40 Como se sabe, devido a várias dificuldades, H. Capelo e R. Ivens retrocederam a Moçâmedes e daí tomaram o caminho da Huíla, por onde seguiram na viagem à contracosta (1884-85).

41 Vê-se, pelas ruínas observadas através do Google Earth, que possuía um edifício imponente, com várias instalações periféricas (armazéns?, casas dos serviçais?). Havia um forno de cozer pão, desmontado nos inícios dos anos 1960 e reconstruído em S. João do Sul, sendo os tijolos levados em burros (inf. oral de Maria Olimpia Campos, 77 a., que aí viveu entre 1962-1965).

42 Populações deslocadas do norte para as fazendas e centros urbanos do sul, instalados pelos europeus sobretudo na 2.ª metade do século XIX; com o abandono de algumas dessas fazendas nos inícios do séc. XX, são esses africanos que aí se entregam à agricultura, nomeadamente nos *arimbos* do rio Curoca, possuindo também algum gado, e que, casando com mulheres locais, se tornam nos “novos” Curocas.

43 Havia ainda um no jardim zoológico de Porto Alexandre, nos inícios dos anos 1970.



Fig. 020 – Distribuição dos grupos étnicos do SW de Angola, segundo Estermann (1960).

(Guerreiro, 1971)⁴⁴. Também de interesse para o Baixo Curoca, refira-se dois estudos de Carlos Lopes Cardoso: *Do uso da 'cegonha' no distrito de Moçâmedes* (1963), e o *Olumbali do distrito de Moçâmedes, Achegas para o seu estudo* (1966). Este último é um interessante estudo etnolinguístico comparativo do dialecto dos Mbális (Ovimbali, ou Kimbares) e do dos Mbundos (falantes de Kimbundu e Umbundu).

Não cabendo aqui desenvolver mais os aspectos antropológicos e etnográficos dos povos da região, embora cientes de que tal se afigura fundamental para um estudo arqueológico, refiram-se apenas alguns títulos genéricos de maior relevância, existentes no FSJ/CMTM, e com interesse para um enquadramento geral de algumas questões que aqui viemos tratando: de C. Estermann, *Etnografia do SW de Angola* (3 vols. 1960-61) e a compilação dos seus artigos editada por Geraledes Pereira e M. Viegas Guerreiro, *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*, Lisboa, 1983. Sobre os “bosquímanos”, existem os

volumes de Isaac Schapera, *The Khoisan Peoples of South Africa* (1930) e de Viegas Guerreiro, *Bochimanen !Khu de Angola* (1968). Ainda sobre este tema, embora omissos no FSJ/CMTM por ser obra posterior à morte de Santos Jr., há a considerar a compilação (póstuma) de artigos de António de Almeida, *Os bosquímanos de Angola* (1994), com fotos e referências várias aos Curocas e Cuepes.

No que toca a monografias mais de carácter histórico, há a destacar, de Manuel Júlio de Mendonça Torres, *O distrito de Moçâmedes* (1950), de que existe apenas o 1.º volume no FSJ/CMTM. Não constando deste fundo, mas essenciais para os aspectos históricos da região em apreço, ver também: Alfredo de Albuquerque Felner, *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola* (1940) e as pequenas monografias de Cecilio Moreira, *Entre as dunas e o mar. Porto Alexandre da sua história, da terra e das gentes* (1967) e Carlos Alberto Garcia, *Moçâmedes, a cidade que o homem arrancou ao deserto* (1968).

A título de curiosidade, embora tratando-se de abordagens literárias, reveladoras do crescente interesse que esta região tem despertado, não só em Angola mas também em Portugal, refiram-se os romances de Helena Leote⁴⁵, *Kazumbi, o feitiço do Namibe* (2008), algo memorialístico e versando os últimos tempos da presença colonial, e de João Pedro



Fig. 021 – Distribuição dos grupos étnicos do SW de Angola, segundo Redinha (1962).

44 Aí encontrei depoimentos e fotografias de pessoas que conheci na minha infância, como Rogério Rita e Augusto Chimuco. No Onguaia vi e puxei pela primeira vez água através de uma “cegonha”, igual às que vim a encontrar (e utilizar) nas hortas trasmontanas. Também aí andei pela primeira vez de burro.

45 A autora é natural de Freixo de Espada à Cinta (1961), mas viveu a infância em Porto Alexandre (Tombua).

Marques⁴⁶, *Uma fazenda em África* (2012), sobre o período da colonização “pernambucana” de Moçâmedes (Namibe).

3. Considerações finais

Se o território é um palco onde se movem os grupos humanos, pressionados pelos mais variados factores, como interagiram aqui, numa ultraperiferia desértica, as diversas populações, desde as mais remotas eras? Assimilação ou exclusão? Restos de uma Humanidade perdida, não sendo “strandloopers” ou “bosquímanos da costa”⁴⁷, ou os seus parentes “San” ou “Khoisan”, “Mukwankalas”, cuja designação forânea de “povo do caranguejo” parece denunciar

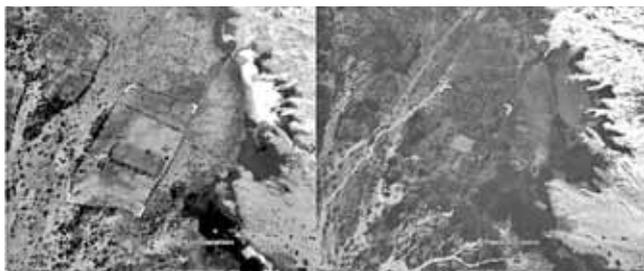


Fig. 022 – Fazenda de S. João do Sul (Njambasana, próximo da sede do CE.DO) – evolução da paisagem percebida através de imagens satélite: em 2004 (esquerda) e 2013 (direita). Base: Google Earth.

uma dieta marisqueira, ou um modo de vida errante como os caranguejos da praia, quem seriam estes homens empurrados para as areias do litoral, ou nelas completando o seu ciclo alimentar segundo remotos modos de vida, os quais Diogo Cão ainda avistou no séc. XV? Restos de populações “mesolíticas” (wiltonia-

nas), descendendo do “homem de Boskop” e de “Florisbad”, “bosquímanos negros”? quais as origens desses “Muquixes” (Kwisi), comedores de alimentos e peixe cru que a maré cuspiam nas praias, ou dos Muquambundos ou vaquambundos (que aos portugueses soaria como “vagabundos”), que figuram nos velhos mapas do século XVIII?

Estas questões não se esgotam no (des)conhecimento das populações costeiras. Para o interior andam povos bantos, hereros, os cubais, com seus gados, os que não comiam peixe, dominando a parte aproveitável do Curoca. Pelo mar, e depois também por terra, chega o colonizador branco.

O Curoca e a sua periferia é, sem dúvida, um espaço de excelência para se estudarem todas essas interacções, pelo que, com satisfação soubemos da existência, objectivos e trabalho do CE.DO (Centro de Estudos do Deserto), sedado no terreno, em Njambasana, tendo em vista desenvolver este conhecimento.

Como modesto contributo, e partindo do trabalho realizado por outros investigadores para o sudoeste de Angola, aqui se procurou efectuar um breve levantamento bibliográfico, quicá desactualizado por novas investigações, beneficiando em grande medida da biblioteca de um antropólogo e arqueólogo que trabalhou em África (FSJ/CMTM). Juntaram-se umas quantas notas de leitura e umas tantas interrogações, tendo em vista um esquema de trabalho de longa diacronia, com objectivo de se compreender o devir histórico na região considerada, numa abordagem moderna, pós colonial, e procurando a revalorização

46 O autor, n. em Lisboa (1949), tendo sido investigador do IICT.

47 “Shore bushman”, na expressão de G. W. Stow, 1905, cit. por Guerreiro (1968: 19).

das identidades e estudo das raízes, face a uma globalização que, certamente aqui como noutra parte do mundo, é algo que se impõe de forma por demais avassaladora.

Junta-se em anexo um hipotético esquema de trabalho para uma eventual actualização da carta arqueológica da área do Curoca, além da bibliografia referenciada, e algumas imagens. Estamos cientes que um trabalho desta natureza só pode ser proficientemente desenvolvido por quem esteja no terreno e, naturalmente, com o empenho e autorização das autoridades angolanas, além do devido enquadramento institucional de entidades académicas, institutos de pesquisa, laboratórios especializados, e uma equipa pluridisciplinar. Pode ser uma utopia (ou uma ousadia), um sonho, talvez. Mas aqui fica a proposta, para quem se interessar.

Anexo 1

Esquema de trabalho para uma actualização da Carta Arqueológica e Histórica da área do Curoca – Alguns tópicos:

A – Pré-história: do Acheulense à L.S.A. (Late Stone Age)

- 1 – Vale do Curoca. Tomar como eixo de pesquisa o vale do Curoca, com especial incidência na zona da lagoa dos Arcos/Onguáia (barrancos e cavidades de encosto), embora alargando-se às mulolas e dambas da região envolvente.
- 2 – Orla costeira. Procurar detectar eventuais concheiros na zona do “erg”.

B – Período histórico

Considerar também estruturas do período colonial:

- 1 – Na zona do vale do Curoca: ruínas de fazendas abandonadas, por exemplo. S. Bento do Sul. Considerar as possibilidades de uma análise de “arqueologia espacial”, tendo em conta os padrões de ocupação dos terrenos (agricultura e pastorícia), verificável por Google Earth na envolvente da lagoa dos Arcos – os “african fractals” de Ron Eglash, referido por Cristina Salvador (2009: 10).
- 2 – Na orla costeira: “arqueologia industrial” (antigos faróis, p. ex. na baía de Tõmbua, Ponta Albina, Ponta da Marca, na ilha dos Tigres; fábricas abandonadas, construções relevantes, anteriores da 1950; esqueletos de navios abandonados; etc.).

Fontes e outros instrumentos de pesquisa

- a) Cartográficas. Desde os portulanos do séc. XV-XVI, mapas dos séculos XVII-XIX, e levantamentos cartográficos efectuados ao longo do séc. XX (atentara na evolução do recorte da costa, toponímia e indicação da distribuição dos povos autóctones).
- b) Fotografia aérea e imagens-satélite.
- c) Fontes manuscritas. Procurar no Arquivo Histórico de Angola, Torre do Tombo (Lisboa), arquivos particulares.
- d) Bibliografia. Base de dados (iniciada pelo autor, a partir de alguns títulos do FSJ/CMMT), incluindo “on line”, com destaque para a base “Memórias Africa e Ásia”, disponibilizada pela Universidade de Aveiro. Quanto à bibliografia, distinguir:

- i – Geral (p. ex., obras como Cardonega, Ralph Delgado, Capelo & Ivens, etc.;
 - ii – Específica – artigos e monografias, p. ex: Geologia, Pré-história, /Arqueologia/Arte rupestre, Antropologia/Etnologia, História, Literatura (mas por vezes com informações úteis).
- e) Iconografia/imagens/fotografia:
- i – desenhos e gravuras (p. ex. rostos de Curocas, na obra de Capelo & Ivens; forte Pinda, por Rudzki – a localizar; etc.);
 - ii – fotografias/postais (há muitas em “sites”, blogues, grupos do Facebook).
- f) Toponímia e fontes orais (lendas, tradições, informação sobre lugares sagrados ou sobre achados fortuitos) – o eficiente aproveitamento deste tipo de fontes pressupõe o conhecimento das línguas autóctones; além disso, esta abordagem remete já para o nível seguinte de trabalho, o do trabalho de campo, o que só pode ser feito por quem está e conhece o terreno (por exemplo o CE.DO, para mais dispendo de antropólogos, começando pelo seu responsável, Professor Samuel Aço).
- g) Cultura material:
- i – arqueológica (procurar no IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, p. ex. o espólio recolhido pelo arqueólogo Miguel Ramos);
 - ii – etnográfica (em colecções públicas e privadas (em Namibe, Tombua, no CE.DO, em Museus – Huíla? Em Portugal?).
- h) Elementos patrimoniais imóveis, por ex.: abrigos naturais, com eventual enchiemento arqueológico, ou manifestações de “arte rupestre”; construções mais ou menos antigas, incluindo vestígios de construções do período colonial: ruínas de fazendas, fábricas abandonadas, casas de cantoneiros, faróis costeiros, já referidos.

Trabalho de campo

- 1 – Após a recolha, tratamento, análise e estudo das fontes anteriormente referidas (conhecimento da bibliografia, cartografia, etc) assim como das tipologias de materiais da Arqueologia e Antropologia física e cultural, a nível da África meridional em geral e especificamente do SW de Angola, além das problemáticas e linhas teóricas de abordagem, deverá ser estruturado o projecto de investigação de campo
- 2 – Estratégia de abordagem do terreno, para efeito de registo sistemático:
 - a) Sistema ortogonal, conforme as folhas da carta geográfica (esc. 1:100 000 ou menor), mediante meridianos e paralelos, com registo por quadrícula, segundo teoria dos conjuntos, distinguindo achados isolados, habitats ou outros sítios culturalmente significativos; actualmente, é fundamental também o recurso à cartografia digital e posicionamento automático por GPS;
 - b) Seccionar o vale em troços hidrográficos, como unidades de prospecção e recolha, tomando os afluentes principais (e sub-afluentes) – neste caso dambas e mulolas.
- 3 – Metodologia de prospecção. Fieldwalking, a dois níveis:
 - a) Mais imediato, pelos sítios de potencial interesse, detectados por fotografia aérea ou imagens-satélite, e seguindo uma estratégia de amostragem ao longo de toda a rede hidrográfica (malha larga);

- b) Mais sistemático, com equipas de prospectores ao longo das margens, em batida a pé, em linhas ou a pente (um trabalho que, na área em apreço, daria para várias gerações, o que será impraticável na actualidade, pelo que só é recomendável em sítios onde se detectem vestígios mais significativos e importantes).

Algumas abreviaturas usadas no texto

Ca. – cerca de

CEAUP – Centro de Estudos Africanos

FCUP – Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

FSJ/CMTM – Fundo Santos Júnior/Centro de Memória de Torre de Moncorvo

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

LSA – Late Stone Age (Idade da Pedra tardia ou final), aprox. entre 1000 a.C. ao séc. I da era cristã

MSA – Middle Stone Age (Idade Média da Pedra), aprox. entre 40 000 a 20 000 a.C.

M.a. – Milhões de anos

Referências bibliográficas

- AA.VV.(1970), *Curso de Geologia do Ultramar. Realizado na Faculdade de Ciências de Lisboa*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Almeida, António de (1994), *Os bosquímanos de Angola*. (Compilação de artigos vários, coord. por Maria Cristina Neto *et al.*), Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território /Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia / Instituto de Investigação Científica Tropical.
- Arambourg, C. e Mouta, F. (1955), Les grottes et fentes à ossement au sud de l'Angola, in Balout, L., *Actes du Congrès Pan-Africain de Pré-histoire*, II Session, Algiers, 1952, Paris.
- Baumann, H. (1954), *Vorläufiger bericht uber felsbilder-funde in Sud-Angola*. *Paideuma*, vol. 6, n.º 1.
- Breuil, Henri e Almeida (1964), “Das gravuras e das pinturas rupestres do deserto de Moçâmedes (Angola)”, *Estudos sobre a Pré-história do Ultramar Português*, vol. 2 – Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 50, 2.ª série, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 6078].
- Capelo, Hermenegildo e Ivens, Roberto (1998), *De Angola à contra-costa*. Mem Martins: Europa-América, vol. 1 [com fac-símile da 1.ª ed. Lisboa, 1886].
- Cardonega, António de Oliveira de (1940-1942), *História Geral das Guerras Angolanas*. 3 vols. [1680-1681]. Ed. revista e anotada por Manuel Alves da Cunha e José Matias Delgado. Lisboa: Agencia Geral das Colónias.
- Cardoso, Carlos Lopes (1963), *Do uso da 'cegonha' no distrito de Moçâmedes*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola [FSJ]/CMTM].
- _____ (1966), *Olumbali do distrito de Moçâmedes (Achegas para o seu estudo)*. Separata do *Boletim de Investig. Científica Angola*, vol. 3 (1), 1966. Luanda [FSJ]/CMTM, n.º 14934].

- Carvalho, G. Soares de (1961), *Geologia do deserto de Moçâmedes (Angola). Uma contribuição para o conhecimento dos problemas da orla sedimentar de Moçâmedes*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 26, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 9073].
- Carvalho, Ruy Duarte de (2000), *Vou lá visitar pastores. Exploração epistolar de um percurso angolano em território Cuvale*. Livros Cotovia [1.ª ed. 1999].
- Clark, J. Desmond (1973), *A pré-história da África*. Lisboa: Verbo [orig. *The Prehistory of Africa*, Thames & Hudson, 1970, trad. port. de Virgílio Valadas].
- Cruz, Machado (1967), *O povo Ovakuambundo*. *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola - vol. 4, n.º 2 (1967), pp. 67-88 (+ 8 p. de fot.)*.
- Delgado, Ralph (1940), *A famosa e histórica Benguela: catálogo dos governadores, 1779-1940*. Ed. Cosmos, 1940.
- Ervedosa, Calos (1974), *Arqueologia do Tchitundo-hulo Mulume. Moçâmedes, Angola*. Ed. Depart. de Biologia, Univ. de Luanda, sep. de Ciências Biológicas, vol. 1, n.º 3, Luanda: Universidade de Luanda [FSJ]/CMTM, n.º 13766].
- ____ (1980), *Arqueologia Angolana*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 426 [prefácio: 1978] [FSJ]/CMTM, n.º 13768].
- Estermann, Carlos (1960), *Etnografia do Sudoeste de Angola*. Vol. 1 - Memórias-série Antropológica e Etnológica, IV (1960 - 2.ª ed. corrigida; 1.ª ed.: 1957). Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM] - obra completa: 3 vols. [FSJ]/CMTM, n.ºs 6116, 6117, 6058].
- ____ (1983), *Etnografia de Angola (Sudoeste e Centro)*. *Colectânea de artigos dispersos*. (Coligidos por Gerales Pereira; apresent. por Manuel Viegas Guerreiro), Lisboa: IICT [FSJ]/CMTM, n.º 6329].
- Feio, Mariano (1970), *O rio Cunene. Estudo geomorfológico. Finisterra. Centro de Estudos de Geografia*, vol. V, n.º 9, Lisboa, pp. 6-66.
- ____ (1981), *O relevo do Sudoeste de Angola. Estudo de geomorfologia*. Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, Lisboa: JIU [FSJ]/CMTM, n.º 6092].
- Felner, Alfredo de Albuquerque (1940), *Angola. Apontamentos sobre a colonização dos planaltos e litoral do sul de Angola*. Lisboa: AGC.
- França, J. Camarate (1953), *As gravuras rupestres do Tchitundo-hulo (deserto de Moçâmedes)*. *Mensário Administrativo*, n.º 65/66, Luanda.
- Freudenthal, Aida (2005), *Arimos e fazendas. A transição agrária em Angola (1850-1880)*. Ed. Luanda: Chá de Caxinde (Colecção Raízes de Caxinde), Luanda.
- Fulfaro, Vicente José e Torquato, Joaquim Raul (1975), *Considerações sobre o cenozoico de Angola, África*. *Boletim IG - USP*, vol. 6 São Paulo, dezembro 1975, pp. 85-93.
- Garcia, Carlos Alberto (1968), *Moçâmedes - A cidade que o Homem arrancou ao deserto*. Luanda: CITA.
- Guerreiro, Manuel Viegas (1968), *Bochimanos !khu de Angola. Estudo etnográfico*. Instituto de Investigação Científica de Angola, Lisboa, 1968 [FSJ]/CMTM, n.º 8447].
- ____ (1971), *Vida humana no deserto do Namibe: Onguaia. Finisterra*, vol. VI, n.º 11, p. 84-123.
- Guimarães Junior, António Joaquim (1842), *Memória sobre a exploração da costa sul de Benguella, na África Ocidental, e fundação do primeiro estabelecimento comercial na bahia de Moçâmedes*. Lisboa.
- Gutierrez, Manuel (2009), *Art Rupestre en Angola. Province de Namibe*. Saint Maur des Fossés: Sepia.
- Hiern, W. P.; Rendle, A. B. et al. (1896-1901), *Catalogue of the african plants collected by Dr. Friedrich Welwitsch in 1853-61*. Londres: British Museum (Natural History), 2 vols.

- Martins, José Ávila (1965/1966), *Alguns aspectos geológicos do sudoeste de Angola, área do Curoca*. Lisboa: Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências, 1965-1966. p. 18; 24 cm + 1 mapa dobrado. Separata de: *Boletim do Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências*, vol. 10 (2), 1965-66.
- Martins, F. A. Oliveira (1951-1952), *Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens*. Lisboa : Agência Geral do Ultramar, 2 vols. - 1.º vol. - Documentos, 1951 ; 2.º vol., 1952-Diários, 1952 [FSJ/CMTM, n.º 15217 e 15216].
- Missão de pedologia de Angola (1963), *Carta geral dos solos de Angola. 3- Distrito de Moçâmedes*. Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 45 (2.ª série), Lisboa: JIU [FSJ/CMTM, n.º 6073]
- Moreira, Cecílio (1967), *Entre dunas e o mar, porto Alexandre da sua história, da terra e das gentes/Cecílio Moreira*. Luanda : Tip. Angolana.
- Mouta, F. Mouta e H. O'Donnell (1933), *Carte Géologique de l'Angola (1/2000000) - Notice explicative*. Ed. República Portuguesa, Ministério das Colónias, Colónia de Angola, 1933 (tem encartado um mapa geológico de Angola, a cores) [FSJ/CMTM, n.º 9204].
- Pereira, Duarte Pacheco (1975), *Esmeraldo de situ orbis*. (Reprodução anastática da edição crítica anotada por Augusto Epifânio da Silva Dias, Lisboa, 1905) Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Peres, Damião (1960), *História dos Descobrimentos Portugueses*. Coimbra. 2.ª ed. atualizada.
- Ramos, Miguel (1972), "Algumas descobertas recentes no sudoeste de Angola (nota prévia)". *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol. IX, n.º 1 (1972), Luanda: ICT, pp. 95-101.
- ____ (1982), "Le Paléolithique du Sud-ouest de l'Angola - vue d'ensemble". *Leba, Estudos de Pré-história e Arqueologia*, n.º 5-1982, Lisboa: ICT-CPHA, pp. 43-52 [FSJ/CMTM, n.º 5242].
- Redinha, José (1962), *Distribuição étnica de Angola*. Ed. C.I.T.A. [FSJ/CMTM, n.º 10011].
- Rodrigues, Adriano Vasco (2010), *De Cabinda ao Namibe. Memórias de Angola*. Coimbra: Palimage.
- Rodrigues, Maria da Conceição (1992), *In Memoriam [Miguel Ramos]. O Arqueólogo Português*. Série IV, vol. 8/10, Lisboa, 1990-1992, pp. 10-15.
- Rudzki, Marcelino António Norberto (1866), *Notícia resumida da Bahia de Moçâmedes e Porto de Pinda, ao sul de Moçâmedes. Anais do Conselho Ultramarino - parte não oficial, série VII, anno 1866*, pp. 1-4.
- Salvador, Cristina (2009), *Diário do Deserto - Namibe, 2009*. Conferência realizada no âmbito da 4.ª ed. do prémio Fernando Távora, realizada em Matosinhos, 6.10.2009 - disponível on line: <http://arquitectos.pt/documentos/1320314835G3iTX8ec6Qc88LY9.pdf>.
- Santos Junior, J. R. (1974), *As gravuras rupestres do Tchitundo-hulo, Virei, Moçâmedes. Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correa*, n.º 26. Porto: Universidade do Porto [FSJ/CMTM, n.º 14081].
- Schapera, I. (1930), *The Khoisan peoples of South Africa. Bushmen and Hotentots*. London: George Routledge & Sons, Ltd. [FSJ/CMTM, n.º 8834].
- Simon, William Joel (1983), *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*, Lisboa: ICT.

- Torquato, Joaquim Raul (1970a), *Nota prévia sobre a geologia da região do Morro Vermelho (Baía dos Tigres)*, *Rel. e Com. do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol. 6, Luanda : IICA, p. 49.
- ____ (1970b), *Origin and evolution of the Moçâmedes desert (Angola)*, *Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola*, vol.7, n.º 2 (1970). Luanda: IICA, pp. 29 e ss.
- ____ (1974), *Geologia do sudoeste de Moçâmedes e suas relações com a evolução tectónica de Angola*. Tese de doutoramento apresentada no Instituto de Geociências da USP, inédita.
- Torres, Manuel Júlio de Mendonça (1950), *O distrito de Moçâmedes, nas fases da origem e primeira organização (1485-1859)*. Lisboa: AGU [FSJ]/CMTM, n.º 7730].
- Vieira, Carla da Costa (2006), *Os portugueses e a travessia do continente africano: projectos e viagens (1755-1814)*. Tese de mestrado em História dos Descobrimentos e Expansão (vol. 1: dissertação; vol. 2: Anexos), Lisboa: FLUL.